

POLÍTICA

politica@grupatarde.com.br

VICE **Ciro Nogueira e Flávio se reúnem com Mourão para discutir futuro**

www.atarde.com.br/politica

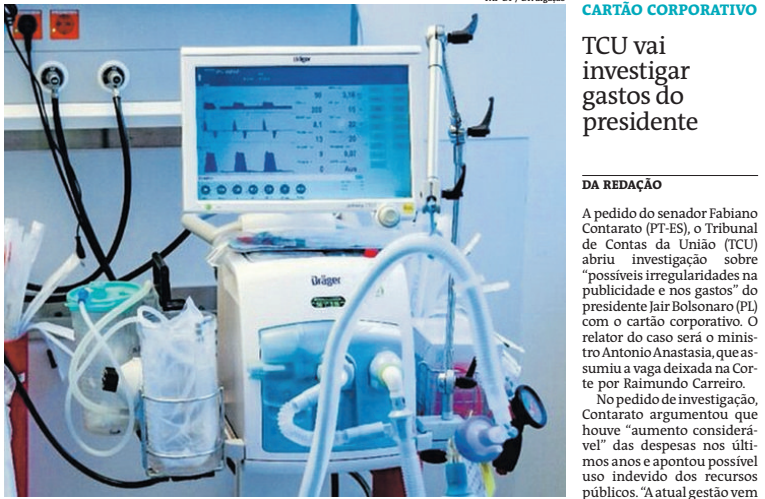
ACORDO Ação na justiça dos EUA trata de 600 equipamentos não entregues

Estado recupera dinheiro dos respiradores

DA REDAÇÃO

O governo da Bahia informou ontem que conseguiu de volta, após acordo na Justiça americana, o dinheiro pago em 2020 à empresa americana Ocean 26 Inc por 600 respiradores, que nunca foram entregues. O Estado acionou a empresa depois de antecipar parte do valor do pagamento, aproximadamente US\$ 8,4 milhões, e nunca ter recebido os aparelhos, cuja entrega era prevista para abril daquele ano. O montante ressarcido, já em caixa, será usado para novos investimentos na Saúde, conforme o governo. O acordo judicial foi celebrado e homologado pelo Tribunal Distrital dos Estados Unidos do Distrito Central da Califórnia. A Procuradoria Geral do

Estado (PGE) informou que a decisão favorável à Bahia não impede a adoção de outras medidas de responsabilização. O governo acrescentou que, por decisão da Justiça, está proibida a divulgação pública integral do acordo, gravado por cláusula de confidencialidade estabelecida pela lei americana. A exceção é apenas para fornecer informações obrigatórias a órgãos de controle, como o Tribunal de Contas do Estado (TCE). Em 2020, o governo do Estado já havia conseguido a devolução de outro valor também referente à aquisição de respiradores. Em junho daquele ano, a empresa Pulsar devolveu ao Consórcio Nordeste o valor de US\$ 7,9 milhões, relativos a compra de 750 equipamentos. Na ocasião, a empresa não conseguiu cumprir o prazo



FAP-DF / Divulgação

CARTÃO CORPORATIVO

TCU vai investigar gastos do presidente

DA REDAÇÃO

A pedido do senador Fabiano Contarato (PT-ES), o Tribunal de Contas da União (TCU) abriu investigação sobre "possíveis irregularidades na publicidade e nos gastos" do presidente Jair Bolsonaro (PL) com o cartão corporativo. O relator do caso será o ministro Antonio Anastasia, que assumiu a vaga deixada na Corte por Raimundo Carreiro. No pedido de investigação, Contarato argumentou que houve "aumento considerável" das despesas nos últimos anos e apontou possível uso indevido dos recursos públicos. "A atual gestão vem utilizando os cartões corporativos de modo indiscriminado e com pouca responsabilidade fiscal, o que contrasta com a grave situação em que vivem as contas públicas do governo federal", escreveu o parlamentar. A quase um ano para o fim do mandato, Bolsonaro já gastou R\$ 29,6 milhões, cerca de 19% a mais do que o registrado por Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB) entre 2015 e 2018. Apenas no ano passado, as despesas com o cartão corporativo chegaram a R\$ 11,8 milhões, maior montante em sete anos.

Na luta contra a pandemia, respiradores se tornaram equipamentos essenciais

Estado foi à Justiça após antecipar parte do pagamento, cerca de US\$ 8,4 milhões, e não receber os aparelhos

de entrega dos aparelhos. A única empresa que arduamente não devolveu os recursos antecipados pelo governo é a Hemptcare. O contrato, para compra de 300 respiradores, foi assinado em abril de 2020, com a antecipação de R\$ 49 milhões. Os representantes da empresa tiveram bens bloqueados e foram presos durante Operação Ragnarok, da Polícia Civil da Bahia. O Ministério Público Federal

(MPF) instaurou inquérito sobre o caso. Atualmente, os acusados aguardam a conclusão da investigação em liberdade e o dinheiro ainda não foi devolvido. O governo da Bahia também entrou com ação judicial para recuperação do valor e, no ano passado, ingressou com representação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para pedir celeridade ao processo, obtendo decisão favorável.

ELEIÇÕES

Presidente Bolsonaro troca de onze de seus ministros

DA REDAÇÃO

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quinta-feira, 3, que ministros deixarão o governo para concorrer nas eleições de 2022. O chefe do Executivo apontou que o 31 de março será um "grande dia" porque 11 ministros sairão e 11 entrarão. "Temos previsto 11 ministros para disputar eleições. Obviamente, vamos ter 'ministros-tampão'. Dia 31 de março, grande dia, 11 saem e 11 entram. Da minha parte, vocês vão saber via Diário Oficial da União", disse o presidente a jornalistas. De acordo com portal Metrópolis, mais da metade do primeiro escalão de Bolsonaro deve deixar o governo para se candidatar. A lei determina que autoridades do Executivo deixem os respectivos cargos até seis meses antes do pleito, ou seja, até 31 de março do próximo ano. Mudanças nos ministérios antes de eleições são comuns,

já que os ministros aproveitam a visibilidade para concorrer a cargos políticos. Bolsonaro deve nomear ministros interinos, provavelmente servidores que já estão nas pastas, já que ele mesmo não tem garantias de que continuará como presidente a partir de janeiro. Confira os ministros que devem deixar o governo e concorrer nas eleições: ministro da Cidadania João Roma (Republicanos), tem se considerado como pré-candidato ao governo da Bahia; o ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, que deve se candidatar ao cargo de governador do Rio Grande do Sul; o ministro do Desenvolvimento Regional Rogério Marinho que pretende disputado o governo do Rio Grande do Norte; o ministro da Infraestrutura Tarciso de Freitas que tentará chegar ao Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo; e o ministro da Justiça Anderson Torres (PSL), pode disputar o senado ou governo do DF, o

ministro da Casa Civil, Pedro Paulo Kuczynski (PP), para disputar o governo do Piauí; o ministro das Comunicações Fábio Faria pode disputar o senado ou o governo do Rio Grande do Norte; a ministra da Secretaria do Governo Flávia Arruda (PL) que pode tentar o senado ou o governo do DF; o ministro Gilson Machado (PSC-PE), busca vaga no Senado; o ministro da Saúde Marcelo Queiroga, que pode tentar o Senado ou o governo da Paraíba; o ministro da Ciência e Tecnologia Marcos Pontes, para o senado; a ministra da Agricultura Tereza Cristina (DEM) deve tentar o Senado ou o governo do Mato Grosso do Sul.

JUSTIÇA

Blugueiro é condenado por associar PSOL à facada em 2018

DA REDAÇÃO

O blogueiro bolsanarista Oswaldo Blugueiro foi condenado a pagar R\$ 10 mil ao PSOL por associar a sigla ao atentado contra o presidente Jair Bolsonaro (PL), quando Adélio Bispo esfaqueou o mandatário durante uma passeata em 2018. A decisão foi proferida pelo Tribunal de Justiça do Paraná. Além da indenização de R\$ 10 mil ao partido, Oswaldo Blugueiro foi condenado a uma multa no valor de um salário mínimo e a pena de detenção de quatro meses e 20 dias - que deverá ser cumprida em regime aberto pelo blogueiro.

Em 2020, Eustáquio afirmou que um braço político ligado à legenda teria agido junto com Adélio Bispo, que foi filiado ao PSOL de Uberaba (MG) de 2007 a 2014, mas nunca militou. Ele foi considerado de mente plena pela justiça e, por isso, imputável. Em publicação no portal Renew's, o blogueiro disse haver suspeitas de que o partido e o ex-deputado federal Jean Wyllys eram "os mandantes do crime que tentou tirar a vida do presidente". "Um braço político ligado ao PSOL [e] a Jean Wyllys surge como forte indício de que

Adélio não agiu sozinho", escreveu. Em sua decisão, o juiz Telmo Zainon afirma que o blogueiro bolsanarista deturpou o conteúdo de um depoimento prestado à Polícia Federal, citando falas não ditas e compartilhando conclusões sem qualquer base. "Entendo por maliciosa a publicação, restando comprovado o animus difamatório na conduta, na medida em que o querelado [Eustáquio] tinha a intenção de macular a dignidade do querelante [PSOL] indicando sua vinculação ao atentado praticado contra o presidente Jair Bolsonaro", diz ainda.

Multiple public notices and tenders from various municipalities including Jaborandi, Lapão, Andaraí, Jandaíra, and Itabuna. Includes information on electronic bids, services, and procurement processes.

Public notices from Uibaí and Boa Vista do Tupim municipalities. Includes details about electronic bids for services and the purchase of materials.

Public notices from municipalities including Jaborandi, Lapão, and Itabuna. Contains information about electronic bids for various services and procurement processes.